

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

A QUESTÃO PALESTINA E SUA DIFUSÃO PELO LÉXICO MIDIÁTICO ÁRABE

Isabela Alves Pereira

Rio de Janeiro

2021

ISABELA ALVES PEREIRA

A QUESTÃO PALESTINA E SUA DIFUSÃO PELO LÉXICO MIDIÁTICO ÁRABE

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Letras, na habilitação
Português/Árabe

Orientador: Professor Doutor João Baptista de Medeiros Vargens

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a inteligência por excelência, por conduzir toda a minha trajetória acadêmica.

Aos palestinos, pela coragem de lutar todos os dias e me inspirarem a me tornar uma pessoa melhor.

À minha família, pelo carinho incondicional e paciência que sempre demonstram para comigo.

Ao meu noivo, pelo companheirismo e amizade.

Agradeço de modo muito especial ao meu orientador, o professor João Baptista de Medeiros Vargens, cuja companhia, atenção e inúmeras histórias e lições são imprescindíveis à minha trajetória acadêmica e pessoal.

Às professoras Suely, Paula e Bianca, por toda a atenção, carinho e competência com que conduzem o curso e o setor. Foram mais que professoras, foram mestras, ombro amigo e apoio nas mais diversas dificuldades. Não conseguiria sem vocês.

Ao professor Felipe Benjamin, cuja solicitude, amizade e competência me fizeram admirá-lo como pessoa e profissional.

Aos meus colegas, com quem partilhei meu aprendizado e ansiedade. O aprendizado em conjunto é sempre mais enriquecedor.

Por fim, meus sinceros agradecimentos a toda faculdade de Letras, pela excelência no trabalho dentro da nossa atual conjuntura política e sanitária.

RESUMO

A Questão Palestina se refere à luta dos povos palestinos após a perda de seus territórios, o que ocorreu em função dos desdobramentos ligados à criação do Estado de Israel em 1948. Décadas de conflito que resultam em violação dos Direitos Humanos dos palestinos e no êxodo em massa do povo para outros países. A diplomacia internacional mantém uma relação bipolar com a Palestina e Israel e o conflito é, assim, alimentado, em vez de caminhar a um desfecho favorável aos mais vulneráveis. Aos que querem conhecer e acompanhar a causa, um dos principais veículos são os meios de comunicação árabes, especialmente os escritos. Este trabalho se propõe a produzir um resumo sobre o conflito e, mais ainda, explorar o léxico midiático árabe utilizado para noticiá-lo. Assim, divulgaremos a causa dos palestinos e produziremos um glossário crítico aos que querem acompanhar os acontecimentos na região por meio das mídias árabes.

Palavras-chave: Causa Palestina; conflito Israel-Palestina; mídia árabe.

ABSTRACT

The Question of Palestinian refers to the fight of the Palestinian people after the loss of their territories, which occurred due to the developments related to the creation of the State of Israel in 1948. Decades of conflict which leads to violation of the Human Rights of the Palestinians and the massive exodus of the people to other countries. International diplomacy maintains a bipolar relationship with both countries and the conflict is thus fueled, rather than leading to a favorable outcome for the most vulnerable. For those who want to know and follow the cause, one of the main vehicles is the Arab media, especially written. This work aims to produce a brief on the conflict and, even more, to explore the Arab media lexicon used to report the conflict. Thus, we will publicize the cause of the Palestinians and produce a critical glossary for those who want to follow the events of the conflict through the Arab media.

Keywords: Cause of Palestine; Israeli-Palestinian conflict, Arab media.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. LEXICOLOGIA: O ESTUDO DA PALAVRA	7
2. AL-QAḌĪYA(T) AL-FILASṬĪNĪYA(T): A QUESTÃO PALESTINA E O ESTADO DE ISRAEL	7
2.1 A Palestina e os Judeus	8
2.2 Sionismo: anseio pela formação de um Estado judeu	10
2.3 A Questão Palestina no século XX e XXI	11
3. ISRAEL E OS CRISTÃOS ORIENTAIS	14
4. RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	16
5. A MÍDIA NO CONFLITO ARMADO	21
5.1 O léxico midiático.	22
5.2 O relato do conflito nos jornais Aljazeera, Annahar, Al-‘alam e Wafaa.	22
CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIA.....	31
ANEXO 1.....	33

INTRODUÇÃO

Neste artigo, faremos um levantamento sobre as palavras mais usadas para noticiar o conflito Israel-Palestina em três grandes mídias árabes: Aljazeera – Catar –, Annahar – Líbano – e Al-‘alam – Marrocos. Em seguida, consultaremos o jornal Wafaa – Palestina. Assim, verificaremos nossa hipótese de como o conflito é concebido pela mídia, a saber: o Estado de Israel foi fundado de forma ilegal e os palestinos são alvo de violações dos direitos mais básicos.

A história da Palestina é marcada por disputas pelo território há muitos séculos. Todo o processo histórico, compreendendo do surgimento do Sionismo Político no final do século XIX até a criação do Estado de Israel em meados do século XX e todo o conflito que se arrasta desde então, foi ensejado por questões internas e externas ao território da Palestina Histórica.

Na história, *Palestina* se refere território do Oriente Médio situado entre a costa oriental do Mediterrâneo e as atuais fronteiras ocidentais do Iraque e Arábia Saudita, hoje compondo a comarca dos atuais Estados de Israel, Palestina e parte da Jordânia, bem como sul do Líbano. Na historiografia judaica, esse território foi chamado de *Canaã* e é a terra prometida a eles por Deus.

Com o florescimento do nacionalismo judaico, em resposta ao antissemitismo no século XIX, o massacre da Segunda Guerra, a intensificação do sentimento religioso de regressar à Terra Prometida e os interesses econômicos das grandes potências ocidentais nessa região – levando-as a apoiar e financiar uma nação que seria a porta de entrada ao Oriente Médio –, judeus europeus passaram a tomar, colonizar e ocupar as terras dos palestinos, ocasionando um conflito que se arrasta há quase um século.

As informações sobre o conflito chegam a nós por meio de mídias diversas. Essas mídias mediam o nosso envolvimento com a causa palestina. Este artigo se justifica, então, por que pensar no vocabulário usado pela mídia nos ajuda a construir uma visão crítica sobre as informações que recebemos e, assim, refletir e pesquisar cautelosamente sobre os acontecimentos do conflito em diferentes fontes. Isso nos permite construir um quadro geral mais próximo do real. Diante do sofrimento enfrentado pelo povo palestino, é nossa responsabilidade humana manter a causa palestina em alta, não a deixar ser esquecida, sempre renovando a discussão sobre o conflito.

Este artigo terá, pois, três objetivos: (1) oferecer um glossário de palavras-chave a quem quiser ler notícias em árabe sobre o conflito; (2) pensar o uso das palavras e como elas refletem a posição política das mídias árabes em questão; e (3) divulgar a causa palestina através da promoção de uma discussão sobre as origens, motivações e consequências do conflito.

O trabalho consistirá em um estudo em que serão selecionadas as palavras mais frequentemente usadas nas últimas 15 notícias que se relacionam diretamente com o contexto do conflito Israel-Palestina. A análise desse material se respaldará na Lexicologia e na Linguística Textual. Para a seleção dessas palavras, consultaremos as mídias árabes supracitadas na modalidade da língua escrita. Com esse levantamento, será possível uma reflexão de como a causa é tratada pela mídia. Terminada a triagem dessas palavras, será elaborado um vocabulário.

Em um primeiro momento, contudo, justificaremos a escolha de uma pesquisa lexicológica e dissertaremos sobre o conflito.

1. LEXICOLOGIA: O ESTUDO DA PALAVRA

Propomo-nos a um estudo lexicológico. Contudo, cabe a indagação: o que é a Lexicologia e por que fazer um estudo deste teor?

A Lexicologia é um dos ramos da linguística, que trata do léxico de uma língua. O léxico são as palavras que os falantes daquela língua têm à disposição para satisfazer suas necessidades interacionais e comunicativas. Sendo assim, a Lexicologia tratará sobre as palavras de uma língua, usadas e formadas sincrônica e diacronicamente por seus interactantes.

A Lexicologia entendida como disciplina se ocupará do léxico de uma língua de forma completa e integrada (LORENTE, 2004 apud GUERRA e ANDRADE, 2012). Assim, tratará da palavra dentro de um estudo epistemológico e seu uso nas sentenças e discursos. É como nos recorda Biderman (2001) citando Ullmann: a palavra é a “unidade semântica mínima do discurso” (p.151). Contudo, vale ressaltar que as palavras não são usadas aleatoriamente. A escolha dessa unidade semântica será determinada por estratégias de persuasão, visão de mundo, ideologia e sentimentos. Além disso, a realidade social e cultural do falante induz sua escolha vocabular.

Guerra e Andrade (2012) relembram que, para Whorf, a palavra não tem valor absoluto, pois ela traduz uma visão de mundo e cada cultura trará valores intrínsecos ao seu léxico. Como explana Biderman (2001), o valor do léxico “deve ser comparado ao de uma moeda – o dólar, por exemplo – que oscila de país para país” (p.114).

Ora, entendendo a palavra como unidade básica do discurso e, portanto, como de uso calculado pelos falantes de acordo com as estratégias e intenções discursivas, parece-nos óbvio a relevância deste estudo. A palavra é um lugar privilegiado de reflexo de uma cultura e de um sistema de valores. Quem se interessa pela leitura de notícias sobre o conflito Israel-Palestina particularmente se interessará por um glossário árabe-português para uma leitura mais aprofundada das notícias. Afinal, como explicitado, a escolha lexical feita reflete o que se pensa do conflito.

Antes de entrarmos no glossário, porém, dissertaremos brevemente sobre o conflito.

2. *AL-QADĪYA(T) AL-FILASṬĪNĪYA(T)*: A QUESTÃO PALESTINA E O ESTADO DE ISRAEL

Nesta seção, faremos uma síntese do conflito: os principais fatos históricos a ele relacionados, suas motivações e consequências.

O nome *Palestina* deriva do grego *Filístia* – que, por sua vez, deriva do assírio *Palastu* –, nome dado à terra dos filisteus, que no século XIII / XII a.C. ocuparam um pequeno pedaço

de terra na costa sul, na moderna Tel Aviv, bem como Gaza. O nome foi emergido novamente pelos romanos no século II d.C. como *Síria-Palestina*, designando a parte sul da província da Síria. Foi exportado para o árabe como *filasṭīn*, e tem sido usado para descrever a região desde o advento da Era Islâmica. Depois da época romana, o nome não teve status oficial até depois da Primeira Guerra Mundial e o fim do domínio do Império Otomano, quando sua administração passou a ser do Mandato Britânico. Além de Israel e Cisjordânia, o Mandato Britânico incluiu também o território a leste do rio Jordão, que colocaram sob uma administração separada da Palestina imediatamente após o início do mandato e que agora pertence à Jordânia¹. Hoje, é chamada de *Palestina Histórica* toda a área Cisjordânia, Israel e Gaza. Após 1948, Palestina passou a referir-se aos territórios da Cisjordânia e Gaza.

2.1 A Palestina e os Judeus

Edward Said (2012) lembra-nos que a história que chega a nós é sempre mediada pela interpretação europeia de fatos que ela própria causou ou mesmo sobre os quais interferiu. O acadêmico chama a atenção às generalizações feitas sobre os povos e culturas ao lado leste “de uma linha imaginária traçada em algum ponto entre a Grécia e a Turquia” (p.3). O Oriente tornou-se uma gigantesca massa homogênea, a princípio envolta pelo estereótipo do sensual e exótico, e, posteriormente, do perigoso e imprevisível pelas guerras intermináveis, sem se lembrarem de que esses confrontos são, em grande parte, consequências das intervenções coloniais nestas regiões. Dentro de todo este cenário, encontra-se a Palestina.

De acordo com o Instituto Brasil Palestina, há mais de 12 milhões de palestinos no mundo², sendo que aproximadamente 56% encontram-se fora do território. A região é uma diminuta faixa de terra que liga Ásia, África e Europa, portanto foi alvo de intensa disputa ao longo dos séculos. Sendo assim, vários foram os povos que ali habitaram desde a antiguidade às conquistas árabes, incluindo os hebreus, que chegaram ao que alcunham de *Terra Prometida* no século XIX a.C.³ e ali permaneceram de modo intermitente (BESEN, 2012). Isso sem falar dos próprios árabes e das diversas etnias do Império Bizantino.

Tais povos conviveram, ao longo dos vários séculos, numa dinâmica de guerras e disputas, relações comerciais e intercâmbio cultural (BESEN, 2012). Duas grandes diásporas

¹ Fonte: <https://www.britannica.com/place/Palestine>

² Disponível em <https://ibraspal.org/pt/page-post/49/fatos-povo-palestino#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20palestinos%3A,696%20mil%20em%20pa%C3%ADses%20estrangeiros>

³ É importante ressaltar que tais datações não são um consenso entre os historiadores, visto que a historiografia – seja ela secular ou confessional – tem dificuldades em fixar na história acontecimentos tão antigos.

judaicas aconteceram na história: a primeira no século VI a.C., com a invasão dos babilônios e primeira destruição do Templo de Jerusalém – embora haja registros de um intenso êxodo já no século VII a.C., com a invasão dos assírios ao norte – e a segunda com a destruição, novamente, do Templo de Jerusalém pelos romanos no ano 70 d.C.⁴. O Império Romano dominou o território do século I a.C. ao século VI d.C.

Mesmo com a segunda diáspora, alguns judeus permaneceram na região e outros foram retornando com o passar dos séculos com a compra de terras. Contudo, a maioria se estabeleceu fora de Canaã.

Napoleão Bonaparte, em 1799, também chegou a oferecer a Palestina aos Judeus, mas, com a derrota do exército francês uma década depois, não houve tempo hábil para que os judeus migrassem em massa, embora alguns o tenham feito⁵.

Como dito anteriormente, os judeus nunca foram os únicos a habitarem o território. Para além disso, os judeus da diáspora se misturaram etnicamente com os povos das nações que os receberam, bem como muitos dos que permaneceram se converteram ao cristianismo – que nas primeiras décadas da época apostólica depois de Cristo era considerado não uma outra religião, mas uma seita dentro do judaísmo (BESSEN, 2012) – ou ainda ao islã após a conquista árabe e a ocupação otomana. Sendo assim, o argumento de que o território pertence somente aos judeus pela história de seus antepassados parece-nos falaciosa.

Outro argumento favorável à ocupação israelense na Palestina é de que a terra era inabitada, pois a porção árabe da Palestina é, na verdade, a Jordânia. Acrescentam, ainda, que não havia uma nação palestina, sendo ela um mito criado após a ocupação em massa dos judeus no território⁶.

Para pensarmos a esse respeito, basta lembrarmos que o modo de organização das civilizações não-europeias era distinto do deste continente. As divisões políticas e territoriais de todo o mundo árabe foram feitas por europeus no período colonial (SAID, 2012). Quando estudiosos israelenses fazem afirmações do tipo “não existia uma nação palestina”, estão olhando para a história sob a ótica imperialista, ou seja, com uma ideia de *nação* tal qual a europeia, como se suas instituições fossem de surgimento espontâneo e natural, não cultural, e, sendo assim, superiores e obrigatoriamente soberanas. A historiografia deve pensar essas regiões mediada pelas instituições locais (SANTOS, 1997)⁷.

⁴ Fonte: <https://diplomatie.org.br/como-surgiu-o-povo-judeu/>

⁵ Fonte: https://interactive.aljazeera.com/aje/palestineremix/timeline_main.html

⁶ Fonte: <https://www.science.co.il/israel-history/Palestine-history.php>

⁷ Aqui usamos *instituições* sob a perspectiva de Boaventura de Souza Santos, ou seja, como sinônimo de *modo de organização social local*.

Said (2012) lembra-nos que a região era sim habitada e, mais ainda, havia portos e pontos de comércio movimentados. Contudo, havia locais de concentração populacional em detrimento de outros pouco povoados e, ainda, grupos de nômades ou seminômades. Sendo assim, de fato não havia uma *nação palestina* formalizada nos moldes ocidentais, todavia, como argumentado acima, isso não invalida a organização social, cultural e comercial já estabelecida na região.

Quanto à fala de que “a porção árabe da Palestina é a Jordânia”, esta também é falaciosa. De acordo com Gomes (2001), líderes sionistas tentaram, no século XX, amizade com os árabes, por reconhecerem que era o grupo majoritário na região. Chegaram a apresentar, inclusive, apoio no enfrentamento aos turco-otomanos. De fato, uma porção da Jordânia compôs a Palestina Histórica até o mandato britânico, contudo Said (2012) nos lembra que há registros de árabes espalhados por toda a região.

Parece-nos, pois, que tais razões são apenas para minimizar a pressão internacional que critica as ações do Estado de Israel para com o povo palestino. O real motivo é político-religioso, embasado pelo movimento sionista surgido no século XIX.

2.2 Sionismo: anseio pela formação de um Estado judeu

O movimento sionista surgiu no século XIX e foi idealizado e divulgado especialmente pelo jornalista e escritor judeu austro-húngaro Theodor Herzl. Os judeus daquele século, e mesmo séculos anteriores, vivenciaram o crescimento avassalador do antissemitismo na Europa (GOMES, 2001). Herzl defendeu, pois, o direito dos judeus a uma nação própria, visto que foram vítimas de diásporas, perseguições e massacres (GOMES, 2001). Vale lembrar que o judaísmo é mais que uma religião. Trata-se de toda uma identidade, além de religiosa, cultural, étnica e histórica, o que torna compreensível o surgimento desse desejo no jornalista.

Além disso, Gomes (2001) diz que

Richard Stevens defende que o movimento nacionalista judaico surgiu como uma reação à assimilação dos judeus pelas sociedades locais, devido à preocupação de certos judeus com a perda da identidade de seu povo, sendo que a perseguição racista teria agido mais no sentido de aumentar esse sentimento. Outro elemento importante teria sido o sentimento de alguns judeus ortodoxos que passaram a considerar o movimento nacionalista como o único meio para a preservação da fé judaica (p.11).

Tudo isso – o antissemitismo mais o temor do enfraquecimento da fé e identidade judaicas – intensificou o sentimento de nacionalismo na comunidade judaica. Em um primeiro momento, o que houve foi a tentativa de judeus liberais e bem-sucedidos, encabeçados pelo

judeu russo Leão Pinsker, do apelo à comunidade judaica e ao povo europeu para que esses judeus fossem assimilados pelas nações que os receberam. Pinsker propôs a criação de um diretório formado pela elite econômica judaica que formulasse meios para formar “um lar seguro e inviolável para os *surplus* dos judeus que vivem como proletários nos diversos países e são um fardo para os cidadãos nativos” (PINKSTER, 1882 *apud* GOMES, 2001). Ou seja, à princípio o nacionalismo judaico não tratava da criação de um Estado Judeu nos moldes do Estado de Israel, mas sim de uma solução para que os judeus mais discriminados tivessem um *lar* seguro frente ao antissemitismo crescente. Essa foi a razão primaz e quanto à questão religiosa da *Terra Prometida ao Povo Eleito*, Gomes (2001) afirma que isso surgiu tardiamente como um apelo emocional para a ampla adesão ao sionismo. Contudo, atualmente, apresenta-se como um forte argumento dentro da comunidade sionista.

Foi apenas mais tarde – embora ainda neste século – que Herzl formulou e formalizou o que chamamos de *sionismo político*, com a defesa da criação de um Estado Judeu. De acordo com Gomes (2001), com o Primeiro Congresso Sionista em 1897, foi pensado – a partir dos discursos de Herzl, também liberal bem-sucedido que viveu no período imperialista europeu – num plano colonizatório nos moldes europeus, em que os judeus se estabeleceriam em um território “atrasado”. A proposta inicial não era expulsar os nativos de modo que apenas judeus residissem no local, mas sim civilizar o povo enquanto construía um lar seguro para a comunidade. Contudo, a proposta era explicitamente colonizatória e seria inevitável o confronto quando surgisse resistência e, nesses confrontos, muitas vidas sempre são perdidas. Basta olhar para a história do colonialismo europeu. Os locais cogitados por Herzl foram regiões específicas da Argentina e Palestina.

Alguns locais foram inicialmente ofertados, como uma região do Sinai e do Quênia, mas foram rejeitados. Herzl morreu em 1904, pouco antes do Sétimo Congresso Sionista (1905) em que foi estabelecido em definitivo que a Palestina seria o único local aceitável. Poucos anos depois, a organização sionista obteria a “carta de colonização” do governo britânico pela *Declaração Balfour* (1917), em que recebiam o apoio e o aval esperados para a construção da nação judaica no território da Palestina (GOMES, 2001).

2.3 A Questão Palestina nos séculos XX e XXI

Ao longo da história, a Palestina foi governada por vários grupos. O Império Otomano governou grande parte da região de 1517 até 1917, quando derrotado na Primeira Guerra Mundial.

Quando a Primeira Guerra Mundial terminou em 1918, os britânicos assumiram o controle da Palestina. A Liga das Nações emitiu um *Mandato Britânico* para a Palestina⁸, que entrou em vigor em 1922. Durante o mandato, que se encerrou em 1947, ocorreu a imigração judaica em grande escala, principalmente da Europa Oriental, e se intensificou na década de 1930, com a perseguição nazista. Todavia, esses judeus não foram recebidos passivamente pelos palestinos, havendo um grande protesto contra essa imigração já em 1933. Ainda na década de 1930, em 1936, palestinos organizaram um protesto de 6 meses, contra a imigração judaica. Em contrapartida, em 1938, o grupo de sionistas armados Irgun arquitetou uma série de ataques contra palestinos. Esse grupo voltaria a atuar em 1946, em um atentado que matou 91 pessoas no King David Hotel, em Jerusalém, e em 1948, em um ataque contra uma vila próxima a Jerusalém, chamada Dayr Yassin. Todas essas demandas por independência e resistência à imigração levaram, ainda, a uma rebelião em 1937⁹.

Em 1947, o Reino Unido entregou o problema da Palestina à ONU e o mandato foi extinto. Foi proposta a divisão da Palestina em dois Estados independentes: um árabe palestino e outro judeu. Jerusalém ficaria sob administração internacional¹⁰. A Palestina rejeitou o acordo e Israel, então, proclamou sua independência, sob ataques de milícias armadas – como Irgun e Haganah – contra palestinos, como na vila de Qisarya, e no The Semiramis Hotel, em Jerusalém. Esse episódio da autoproclamação do Estado de Israel ficou conhecido na historiografia palestina como *An-Nakba(t)* - *A Catástrofe* - e é também o marco da criação do Estado da Palestina.

Em maio de 1948, foi criado, por um decreto internacional, o Estado de Israel, sob o apadrinhamento dos Estados Unidos e da União Soviética. Esse apadrinhamento não foi gratuito, assim como não o foi por parte de Napoleão Bonaparte e da Inglaterra. O Oriente Médio, ainda que uma diminuta faixa de terra, é rico em petróleo. A influência ocidental nesta região sempre intentou a facilitação do acesso a este produto. O levantamento de uma potência patrocinada, financeira e ideologicamente, pelo ocidente, garantiria o acesso à região. Além disso, guerras movimentam a maior de todas as indústrias: a bélica. Fomentar confrontos armados garante um mercado movimentado e, assim, lucrativo. Não podemos esquecer também que um país enfraquecido é sempre fonte de recursos humanos e naturais barateados e mercado

⁸ Documento que deu à Grã-Bretanha o controle administrativo sobre a região e incluiu disposições para o estabelecimento de uma pátria nacional judaica na Palestina

⁹ Fonte: <https://www.un.org/unispal/history/> e https://interactive.aljazeera.com/aje/palestineremix/timeline_main.html

¹⁰ Resolução 181 (II) de 1947. Vale ressaltar que a Comissão Real da Palestina já havia sugerido, em 1936, a repartição do território. Os crescentes conflitos tornavam inviável uma administração unificada

para drogas, além dos já mencionados recursos bélicos. Um país politicamente instável é sempre alvo de investimentos internacionais de grandes potências que, assim, os deixam reféns de sua influência, produtos e cultura.

Ainda em 1948, houve uma guerra que chegou a envolver países árabes vizinhos à Palestina, e Israel expandiu a ponto de ocupar 77% do território do mandato da Palestina, incluindo a maior parte de Jerusalém. Mais da metade da população árabe palestina fugiu ou foi expulsa, contudo a ONU, pela resolução de 194 promulgada nesse mesmo ano meses depois, afirmou o direito dos palestinos ao retorno. Jordânia e Egito controlavam o resto do território atribuído ao Estado Árabe¹¹ e, em 1949, após o primeiro conflito árabe-israelense, foi assinado um acordo de armistício entre Israel e Líbano, Síria, Jordânia e Egito, que procuravam proteger seus territórios depois da derrota contra Israel.

Após os eventos tumultuados de 1948, 150.000 palestinos permaneceram em Israel e finalmente receberam a cidadania. No entanto, eles foram submetidos ao regime militar até 1966. Na década de 1950, com a Palestina sob a administração da Jordânia, as coisas não foram mais pacíficas. Houve massacres na cidade de Qalqylyia e nas vilas de Kufr Qassem e Khan Younis, em 1956. Exatamente dez anos depois um outro massacre aconteceria em As-Samu¹².

Na guerra de 1967, Israel ocupou os territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, que foi posteriormente anexada por Israel. A guerra provocou um segundo êxodo de aproximadamente meio milhão de palestinos. O Conselho de Segurança da ONU formulou os princípios do que consideravam “uma paz justa e duradoura”, incluindo a retirada israelense dos territórios ocupados no conflito, por meio da resolução 242. Em 1973 o Conselho de Segurança convocou negociações de paz entre as partes envolvidas¹³. Em 1974, a Assembleia Geral da ONU reafirmou os direitos inalienáveis do povo palestino, a saber: à autodeterminação, independência nacional, soberania e ao retorno dos que foram obrigados a emigrar. No ano seguinte, a Assembleia Geral estabeleceu o *Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino* e conferiu à Organização para a Libertação da Palestina – OLP¹⁴ – o status de observador na Assembleia e nas conferências da ONU. Ainda nessa década, em 1976, protestos em massa de palestinos pela tomada de mais de 6 000 acres de terra na Galileia foram severamente reprimidos. Em memória a esse episódio, todo dia 30 de março é comemorado *O Dia da Terra* pelos palestinos.

¹¹ Esses territórios foram atribuídos pela resolução 181

¹² Fonte https://interactive.aljazeera.com/aje/palestineremix/timeline_main.html

¹³ Resolução 338

¹⁴ Grupo paramilitar criado em 1964 e reconhecido como representante legítimo do povo palestino pela Liga Árabe desde 1974

A tensão foi se intensificando, com Israel também atacando Líbano e Egito. Até que, em 1987 – após a colisão de um caminhão militar israelense com um transporte palestino de trabalhadores retornando a Gaza, levando quatro pessoas ao óbito –, estourou a *Primeira Intifada*, ou seja, um levante palestino contra o Exército Israelense. Nos anos seguintes, houve aparentes avanços nas negociações de paz, chegando a OLP a reconhecer Jerusalém como a capital de Israel e sendo a organização não mais considerada de atividades terroristas desde a Conferência em Madrid em 1991. Além disso, as negociações entre Israel e a OLP – vistas com desconfiança por alguns por terem sido secretas – que culminou nos acordos de Oslo I e II, possibilitou o vislumbre de paz. Tais acordos previam parâmetros de governabilidade para os dois Estados, e conferia autonomia em algumas regiões da Cisjordânia e Gaza. Porém, isso não impediu o avanço do conflito.

Em 2002, Israel voltou a ocupar territórios da Cisjordânia, o que provocou, em reação, a *Segunda Intifada*. Após a morte de Yasser Arafat, líder da OLP, em 2004, o conflito se intensificou em Gaza, além da tensão já crescente entre Israel e Hezbollah, partido atuante no Líbano contra Israel. Esse quadro se agrava com Netanyahu como Primeiro-Ministro desde 2009 e de Rivlin na presidência desde 2015, ambos do partido conservador Likud.

O prognóstico do conflito, pelo exposto, se mantém incerto, mas não muito otimista, especialmente porque Israel conta, ainda, com um grande apoio externo: os Sionistas Cristãos.

3. ISRAEL E OS CRISTÃOS OCIDENTAIS

Os territórios da Palestina, bem como de Israel, são considerados *Terra Santa* pelas três maiores religiões monoteístas do mundo: as religiões abraâmicas *Cristianismo*, *Islã* e *Judaísmo*. Sendo assim, templos dos mais magníficos e peregrinações das mais numerosas acontecem nestas terras.

Sabe-se que o Ocidente é majoritariamente cristão. Portanto, os líderes de suas diversas denominações exercem grande influência no cenário global. É evidente, também, que as mensagens baseadas na Bíblia Sagrada possuem grande apelo, ainda que alguns considerem que vivemos numa cultura neopagã (RATZINGER, 2015) ou no mundo da pós-metafísica (HABERMAS, 1990).

Na verdade, a ideia do transcendente tem sido retomada com força no Ocidente. Para Davis (2014), o fim da União Soviética fez o capitalismo disparar com mais força que nunca pelo globo, sob a liderança, obviamente, dos Estados Unidos. Contudo, “algo estava sendo perdido, esquecido” (DAVIS, 2014, p.7). A massificação do capitalismo criou uma cultura baseada no consumo e na supervalorização do material, o que gerou, a longo prazo, o “advento

do niilismo capitalista” (DAVIS, 2014, p.7). Neste cenário, o estudioso afirma – citando Daniel Bell (2005) – que a rejeição à transcendência tem sido reavaliada, de modo a defender que não se deve “perder” ou “esquecer” a ontologia que “mapeia as trajetórias do poder constitutivo da vida” (BELL, 2005, p.201 *apud* DAVIS, 2014, p.8). Ou seja, deve-se observar o *ser* em sua essência, não apenas como engrenagem do mundo material. Tão pouco, porém, a metafísica tradicional voltaria a seus moldes já superados. A ontologia deve se dar dentro do que Heidegger (1995) chama de *hermenêutica da facticidade*, ou seja, nas situações – *factos* – sobre as quais não temos controle e que nos obrigam a transcender às nossas circunstâncias.

Em suma, quer-se dizer que a religião se torna, por essa perspectiva, uma forma de combater o niilismo capitalista, pois volta a olhar para o *ser* numa perspectiva mais subjetiva, numa relação com O Transcendente que também o faz transcender. Contudo, isso acontece dentro de uma teologia que não mais ignora o mundo material, como na metafísica tradicional. Para Zizek e Milbank (2014), esse novo movimento teológico que fortalece a visão do ser ontológico encontra suas bases em Hegel – que não admite o *ser* sob um olhar fragmentado, mas como *um todo*. Para os filósofos, Chesterton foi o grande empreendedor dessa perspectiva hegeliana na teologia, ainda que não explicitamente ou, mesmo, conscientemente.

Mas, afinal, por que revelar esse novo espaço ocupado pela teologia cristã no Ocidente é relevante para a discussão do presente trabalho? Porque o Estado de Israel se sustenta graças não somente ao sionismo judaico, mas também, e essencialmente, graças ao apoio de instituições cristãs ocidentais.

O conservadorismo cristão sempre existiu e, com o passar dos anos, casou-se muito bem com o capitalismo. Na verdade, algumas vertentes do protestantismo – como o Calvinismo e o Anglicanismo – surgiram a partir do século XVI em oposição à Igreja Católica que condenava formalmente o lucro, essencial para a manutenção do capitalismo, bem como o divórcio, que ajudou a normalizar a ideia de relações fugazes, também essencial ao capitalismo.

Ainda assim, já com Descartes, mas primordialmente com Kant, a metafísica e, portanto, a religião, deram espaço ao secularismo e racionalismo extremos. Contudo, com a religião conquistando novo território, o discurso cristão fortaleceu-se socialmente e perigosamente ganhou espaço na política. É nesse contexto que surge o *sionismo cristão*.

O reverendo anglicano Stephen Sizer é um dos maiores opositores a essa corrente e, em 2004, defendeu sua tese de doutorado que pouco depois viria a se tornar um livro: *Os Sionistas Cristãos: na rota para o Armagedon*. Para o religioso, o sionismo cristão surgiu entre as denominações cristãs que confundem Israel atual com a Israel bíblica e tais cristãos – que são principalmente evangélicos – acreditam que a fundação do Estado de Israel faz parte da profecia

bíblica de que Deus, através de Seus exércitos, guerreará contra os exércitos das nações iníquas no território da Palestina Histórica:

Mas esse dia é, para o Senhor, o Deus de todo o poder, um dia de vingança, para se vingar de seus inimigos. A espada devora, se sacia, ela se embriaga do sangue deles; que festim para o Senhor, o Deus de todo poder, na terra do norte, à margem do rio Eufrates (Jeremias 46,10)

Esses inimigos de Deus seriam, especialmente, os muçulmanos.

Sizer (2004) completa, ainda, que, nas palavras de Grace Halsell, na prática, o sionismo cristão se resume em: “todos os atos tomados por Israel são orquestrados por Deus, e devem ser tolerados, apoiados, e até mesmo elogiados pelo resto de nós” (SIZER, 2004, p.5). Esses cristãos se alinham, pois, a uma agenda judaica ortodoxa que visa a construção do Templo, destruído nas duas diásporas já explicadas no tópico 2.

Com isso, milhões de dólares são movimentados e governos influenciados, principalmente porque, de acordo com Sizer (2004), o sionismo cristão é especialmente forte nos Estados Unidos, entre a classe econômica e politicamente influente.

Esses cristãos fomentadores, conscientes ou não, dessa vertente sionista cristã parecem se esquecer de que há cristãos e Igrejas na Palestina. Estes, porém, não estão inertes diante do conflito e a participação de seus líderes será de suma importância aos palestinos. Esses líderes escreveram uma carta em março de 2001¹⁵ à comunidade internacional pedindo intervenção e apoio à causa palestina. Então, o Conselho Mundial das Igrejas criou um programa de acompanhamento ecumênico para agentes humanitários voluntários que seriam os olhos e ouvidos da comunidade internacional a fim de reportar as violações de direitos humanos observadas. Foi deste programa que a presente autora participou.

4. RELATO DE EXPERIÊNCIA

No dia primeiro de agosto de 2019, cheguei ao aeroporto internacional de Tel-Aviv e segui imediatamente a Jerusalém, ao Saint Thomas Hotel, hotel de peregrinos ligado à Igreja Católica Assíria local. Em Jerusalém, se encontra o escritório central do programa e foi neste local que participei, junto a outras 22 pessoas, de 5 dias de treinamento para atuar em campo: diretrizes, procedimentos de segurança, gerenciamento dos recursos materiais, orientações para os relatórios diários de atividades e informações sobre o local onde seria alocada.

O programa atua na Cisjordânia, monitorando a violação de direitos humanos no contexto da ocupação israelense no território desde 1967. A Cisjordânia é a área delimitada a

¹⁵ Carta na íntegra no Anexo 1

leste pelo rio Jordão e pelo Mar Morto, e a oeste, norte e sul pela Linha do Armistício - demarcação estabelecida no Armistício israelo-árabe, de 1949.

Trabalhei juntamente com um rapaz britânico e uma moça sueca e fomos alocados para Tulkarem, ao norte da Cisjordânia. O plano da ONU para a partilha da Palestina – resolução 181 de 1947 – previa que a Cisjordânia pertencesse à Palestina. Contudo, as forças militares Israelenses nunca saíram do local e, desde a Terceira Guerra Árabe-Israelense em 1967, Israel tem avançado território adentro. Paralelamente, o Muro da Cisjordânia vem sendo construído para além da Linha do Armistício de 1949, tomando, até agora, mais de 10% do território palestino, incluindo partes de vilas ou cidades e fazendas privadas.

A Cisjordânia é dividida em três áreas: áreas A, B e C. A área A é de administração civil e militar da Palestina; a B é de administração civil palestina e militar israelense; e a área C é de administração civil e militar israelense e é onde se concentra a maior parte do confronto. De acordo com a UNOCHA, mais de 60% do território é área C e menos de 1% do desenvolvimento de infraestrutura foi planejado pelas autoridades palestinas.

É na área C onde a ocupação se concentra. Ela se dá pela construção de colônias – ou assentamentos – por parte das autoridades israelenses. Para tal, terras e estradas são tomadas, e a tensão entre colonos israelenses e palestinos de vilas ou comunidades próximas culmina em conflitos em que os palestinos, numa desvantagem abismal de recursos militares, sempre sofrem os maiores danos humanos e materiais. De acordo com a ONU, são mais de 600 mil colonos vivendo em 250 colônias em toda a área C, desalojando a metade dos 3,8 milhões de palestinos na Cisjordânia. De acordo com órgãos da ONU, aproximadamente 50% dos palestinos residentes no território são refugiados e quase 50% dessa população tem menos de 18 anos.

O contexto da ocupação gera problemas econômicos dos mais diversos. A Cisjordânia enfrenta hoje uma taxa de desemprego de 20% e cerca de 16% da população vive em tal situação de pobreza que mal consegue se alimentar. Gaza se encontra numa situação muito mais agravada, com uma taxa de desemprego de 53,7% e 68% da população sem acesso às refeições básicas diárias.

Além disso, escolas próximas de assentamentos recebem intimidações constantes por parte de colonos e militares. Isso afeta cerca de 44 escolas, que já receberam ordem de demolição, prejudicando quase 4 mil estudantes. Isso sem falar no assédio e ameaças que as crianças sofrem no caminho para a escola. Há locais – como Yatta, ao sul de Hebrom – em que a estrada que dá acesso à escola está dentro da área C e com um trecho próximo a uma grande colônia. Adultos, veículos e mesmo animais não são autorizados a usarem a estrada, portanto

as crianças são obrigadas a andarem por mais de uma hora sozinhas e sob ameaças constantes dos colonos.

Os recursos hídricos também são uma pauta cara ao conflito. Israel controla a maior parte dos recursos hídricos da Cisjordânia, incluindo o Mar da Galileia e o Rio Jordão. São necessários no mínimo 100 litros de água por pessoa por dia para sanar todas as necessidades básicas diárias. Palestinos da Cisjordânia tem uma média de 79 litros, consideravelmente abaixo do padrão fixado. Gaza cerca de 66 litros.

Meu grupo cobriu a maior parte da região noroeste do território, incluindo os governorados de Jenin, Tulkarem, Nablus e Qalqiliya.

Nos governorados de Tulkarem e Qalqiliya monitorávamos o acesso dos fazendeiros às suas terras que ficaram depois do Muro. De acordo com autoridades palestinas que consultamos, especialmente os conselhos das vilas desses governorados, não mais de 10% dos fazendeiros têm acesso às suas terras e, muitas vezes, não são permitidos de levar familiares ou todo o equipamento necessário para o trabalho na plantação e colheita. Esse número sobre para 60% apenas na época da colheita das azeitonas, mas os fazendeiros relatam que precisam cuidar da terra ao longo de todo o ano para que a colheita seja boa. O acesso às terras se dá pelos portões agrícolas ao longo do muro, monitorado pelos militares israelenses. Os horários são restritos e os soldados não raramente atrasam a abertura do portão, reduzindo em muitas horas o tempo disponível de trabalho dos fazendeiros. O documento de permissão para o acesso à terra não garante esse acesso, uma vez que os soldados têm autonomia para negar a passagem dos fazendeiros de acordo com critérios subjetivos. Não raramente esses fazendeiros voltam para a casa por estarem “muito limpos para fazendeiros” ou por “postura ameaçadora diante do soldado” que, por sua vez, é o único lado armado para executar qualquer ataque.

O confisco de terras, como supracitado, é um dos maiores problemas envolvendo a ocupação e afeta muitas famílias da região de Tulkarem. Um local me relatou que Israel se vale da diferença cultural para tomar as terras. As famílias não possuem documentos formais que provem a posse da terra. Isso se dá porque não fazia parte da cultura local, até o Mandato Britânico, essa burocracia ligada ao documento escrito. As terras eram passadas de geração em geração e as famílias se conheciam, portanto bastava a palavra da comunidade para atestar de quem era a terra. Israel se vale do argumento de que não há como provar que a terra é da família, então o confisco não é ilícito. É uma maneira simplificada de resumir os trâmites jurídicos. As famílias que conseguem manter suas terras têm suas plantações queimadas, animais roubados ou mortos e membros ameaçados. Isso quando não recebem uma ordem de demolição para a sua casa, por estarem próximos ao Muro ou a uma colônia. A UNOCHA estima que, de 1988 a

2017, 16 796 ordens de demolição foram emitidas e que de 2009 a 2018 houve 2 756 incidentes envolvendo colonos, sendo a maior parte de danos a propriedades de palestinos.

Em Qalqiliya há alguns agravantes. Pela disponibilidade de abundante recurso hídrico, ao sul da cidade, o Muro avançou consideravelmente, com a construção de grandes colônias. Formou-se o que chamam de “dedo de Qaqiliya”.

Essa região entre a Linha do Armistício (linha verde) e o Muro da Cisjordânia é chamada de Zona de Costura – Seam Zone. É uma espécie de limbo onde vilas palestinas sofrem com a total falta de acesso à infraestrutura. Isso se dá porque Israel não permite desenvolvimento urbano em áreas próximas ao seu território.

As vilas na Zona de Costura são normalmente bem pequenas e de casas muito pobres, construídas com sucata. Não há saneamento básico e a água chega a esses locais através de ajuda humanitária. Foi tentado um acordo com Israel para que autoridades palestinas proovessem energia elétrica e água a essas vilas, mas essas próprias autoridades alegaram que o custo tornaria o projeto inviável, deixando a população em total desamparo.

O que vi de ajuda primordial a essas comunidades foi a provida por uma ONG chamada *Palestinian Medical Relief Society*, que, com apoio da Cruz Vermelha, levava assistência médica regularmente a essas vilas. Para acessá-las, era necessário cruzar o *Checkpoint* de Jaljoulia, ao sul. Nunca era fácil: horas de espera até que a ambulância fosse autorizada a passar, revistas demoradas, remédios confiscados, além da habitual intimidação moral.

Sobre as comunidades de Nablus e Jenin, nossa tarefa principal era a visita ao maior campo de refugiados da Cisjordânia – em Jenin – e reuniões com o representante da UNOCHA e no escritório dos Médicos Sem Fronteiras – em Nablus. É nesse extremo norte onde encontramos a maior parte da área A. Sendo assim, apesar de haver colônias por perto, o conflito era menos intenso, ainda que não inexistente. Nosso maior desafio envolvendo essa região era cobrir os protestos semanais em Kafr Qaddum, que acontecem desde 2011. Esta é uma pequena vila pertencente ao governadorado de Qalqiliya. Sua principal atividade envolvia uma estrada ao norte que dava acesso direto a Nablus, grande centro comercial da Cisjordânia. Com a construção de uma colônia, o acesso a essa estrada foi vetado aos palestinos, pois seria usada apenas pelos colonos para se deslocarem do assentamento a Israel. Isso afetou as atividades econômicas e culturais da vila, bem como o rápido acesso a bons hospitais. Em oposição à tomada desta estrada, toda sexta-feira os locais organizam um protesto que segue em direção à colônia. Palestinos não têm acesso a armas de fogo e não podem formar seu próprio exército. A arma desses colonos é, pois, pedras, que são combatidas pelo exército de Israel com bombas de gás, bombas sonoras e armas de bala de borracha. Incidentes já ocorreram nesses confrontos,

com palestinos e soldados feridos. Conheci pessoas que ficaram paraplégicas e até uma criança que perdeu a visão.

Outra grande problemática com a qual trabalhei foi o encarceramento dos palestinos. Os crimes são, em sua maioria, por participarem de atos políticos e manifestações, bem como atirar pedras contra o exército. Um jovem de 14 anos pode receber voz de prisão e ser encarcerado por uma década por atirar pedra em um tanque e isso acontece não raras vezes. Um contato próximo que tivemos em Tulkarem do Clube dos Prisioneiros nos informou que cerca de um terço da população palestina já esteve na prisão por pelo menos 6 anos. O serviço de inteligência de Israel é eficaz em descobrir os líderes das comunidades, que fomentam os protestos. Contudo, por vezes, esse líder permanece escondido ou, ainda, não se intimida pela ameaça de voz de prisão. Para coagir, pois, as comunidades, prendem familiares, incluindo adolescentes e mulheres, no que chamam de “Punição Coletiva”. Os prisioneiros são julgados em cortes militares e ONGs de apoio jurídico, como a Addamer, nos informaram que levam horas para permitirem a presença de um advogado, não informam familiares e podem manter a pessoa sob prisão administrativa ou sem qualquer acusação formal por até 6 meses. As prisões são superlotadas, visitas de familiares extremamente restritas e, em caso de falecimento, muitas vezes não notificam as famílias, que acabam por descobrir meses depois e não conseguem a informação de onde desovaram o corpo. Mulheres presidiárias não têm privacidade e estão sob constante monitoramento por câmeras, portanto nunca podem tirar o hijab e isso pode durar, como dito, por anos.

A situação dos prisioneiros é tal que os Médicos Sem Fronteira têm trabalhado primordialmente no apoio psicológico a ex-presos políticos, que saem das prisões com tal trauma que a taxa de suicídio subiu exponencialmente.

Para encerrar, um relato endereçado especialmente aos cristãos. Ao norte de Haifa, próximo a Nazaré, havia, até 1948, uma pequena vila de 400 casas chamada Ma'alul. Nela, viviam cristãos, muçulmanos e judeus. Muitos homens trabalhavam em Nazaré ou Haifa enquanto as esposas permaneciam nas vilas cuidando das plantações, animais e filhos. Quando Israel proclamou sua independência em 1948 e avançou território adentro com um exército muito bem armado, cercou a pequena vila e um combate assimétrico se iniciou, com muitas vidas sendo perdidas. Os homens ficaram semanas sem conseguir voltar à vila para buscarem as famílias, que estavam sendo aos poucos evacuadas. A Mesquita da vila foi destruída e a Igreja usada como estábulo, sendo que a Eucaristia – de primordial importância à fé Católica e Ortodoxa – ficou confiscada dentro da Igreja até que meses depois um padre fosse autorizado a buscá-la. O cemitério foi usado como zona de treinamento militar – o que não é incomum;

locais próximos a cemitérios e escolas são comumente usados como zonas de treinamento militar, na área C. Uma senhora, que na ocasião do estopim do conflito ainda estava no ventre da mãe, só pode visitar o túmulo do pai, morto no conflito, em 2008, 70 anos depois.

Restam, pois, na vila, apenas os escombros de uma vida fértil e pacífica que ali esteve um dia, e a terra que tanto sofrimento testemunhou se pergunta se um dia verá a paz novamente.

5. A MÍDIA NO CONFLITO ARMADO

De acordo com o *Observatório da Imprensa*¹⁶, o papel da imprensa na guerra não se dissocia do seu papel na vida cotidiana. Ela faz as informações circularem, por seus diversos meios, aos mais diversos públicos. O advento e a universalização da internet possibilitaram que as informações se veiculassem aos mais diversos meios, posições políticas e fontes. Mais ainda, viabilizaram que essas informações circulassem imediatamente após a ocorrência do fato noticiado.

Esse novo modelo de comunicação global afetou as relações internacionais, de modo que a mídia assume um papel diplomático, se tornando um meio de pressão e coerção internacional (BURITY, 2013). Contudo, ao mesmo tempo que a mídia pressiona governos e instituições que não querem que seus nomes sejam internacionalmente noticiados veiculados a fatos reprováveis pelos leitores globais, o que a imprensa prioriza colocar em circulação pode levar ao apagamento ou esquecimento de outros fatos que também merecem atenção. Afinal, somos levados a nos ocuparmos mais com aquilo sobre o qual somos bombardeados todo o tempo na televisão, rádio, periódicos impressos e, principalmente, internet. Além disso, tendemos a assumir as posições ideológicas das mídias que lemos com mais frequência, que, por sua vez, são fortemente influenciadas por uma visão imperialista de mundo, advindas especialmente dos Estados Unidos e Europa.

Ainda assim, a mídia tem papel fundamental e há diversos meios de comunicação independentes e engajados a uma lógica anti-imperialista. Através desses vários tipos de meio de comunicação, com as mais diversas afinidades ideológicas, nós, leitores, somos bombardeados por uma gama de informações e interpretações de fatos, sem, muitas vezes, sabermos como selecioná-las e criticá-las. Uma das ferramentas indispensáveis à leitura de uma notícia é estar atento ao léxico utilizado.

5.1 O léxico midiático

¹⁶ Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-papel-da-mdia-na-guerra/>

De acordo com Koch (2015), o objeto da Linguística Textual é *o texto* e todas as ações linguísticas, cognitivas e sociais envolvidas em sua organização, produção, compreensão e funcionamento. A lexicologia junto a esse recente campo de estudos formam as bases teóricas de nossa análise.

De acordo com Koch (2015), o texto é a realização concreta das intenções sociocomunicativas de seu emissor. É o produto de uma ação cognitiva em que o emissor elabora estratégias sintático-semânticas e lexicais para gerar no receptor não apenas a compreensão da informação, mas uma reação específica.

Vamos a um exemplo. O portal *TRT Portuguese*¹⁷ noticiou, em 20/07/2019¹⁸: “Israel inicia demolição de casas palestianas em Jerusalém Oriental”. A manchete, por sua vez, diz: “As forças israelitas derrubaram algumas casas de palestinos na zona de Sur Baher, em Jerusalém Oriental”. Há várias maneiras de noticiar esse mesmo fato. O redator poderia ter optado por sintaticamente dar destaque aos palestinos, e não a Israel, em algo como “Palestinos têm suas casas derrubadas por forças Israelenses”. Desse modo, a informação central seria não Israel derrubando casas, mas palestinos perdendo suas casas. Isso conduziria a um sentimento de empatia maior por parte do leitor. Outra opção seria chamar “Jerusalém Oriental” de “Jerusalém Ocupada”. Isso emergiria a ideia de ação colonizatória ilegal por parte de Israel, ainda que essa informação seja periférica. Podiam, também, ter suprimido o pronome “algumas”. Por ser um pronome indefinido, despersonaliza o significante e, além disso, é usado como um atenuante, afinal, foram apenas “algumas casas”.

Vimos, assim, que o modo como o fato é noticiado influencia nosso envolvimento cognitivo e emocional com aquele significante. A seguir, destacaremos a indispensabilidade da escolha lexical como meio de expressão de uma posição político-ideológica.

5.2 O relato do conflito nos jornais Aljazeera, Annahar, Al-‘alam e Wafaa

As mídias árabes onde fizemos a triagem das palavras-chave a seguir apresentadas são: Aljazeera, Annahar, Al-‘alam e Wafaa¹⁹, do Catar, Líbano, Marrocos e Palestina respectivamente. Escolhemos jornais de grande circulação e mais conhecidos no ocidente. Isso

¹⁷ A *Türkiye Radyo Televizyon Kurumu* (TRT) é uma rede de televisão pública na Turquia. O canal é membro ativo da União Europeia de Radiodifusão.

¹⁸ Disponível em <https://www.trt.net.tr/portuguese/medio-orient/2019/07/22/israel-inicia-demolicao-de-casas-palestinianas-em-jerusalem-oriental-1240226>

¹⁹ Respectivamente: <https://www.aljazeera.net/live>
<https://www.annahar.com/>
<https://alalam.ma/>
<https://www.wafa.ps/>

significa que, se seleccionássemos outros jornais menores e independentes, o resultado da pesquisa poderia ser diferente.

Como já argumentado, a preferência lexical feita por um jornal não é acidental, mas política. Sendo assim, a escolha, por exemplo, entre os vocábulos “revolução” ou “movimento” ao se referirem à causa palestina abrigará o posicionamento daquela mídia em relação ao conflito.

A seguir, listaremos as 21 palavras mais repetidas – e suas traduções – nos jornais catariano, libanês e marroquino, com exemplos de sentenças retiradas dos próprios jornais e o número de incidências, sublinhando a palavra em questão. São 15 notícias de cada jornal, totalizando 45. Destacaremos o número de ocorrência total, somando os três jornais.

Essas palavras serão divididas nas seguintes categorias: léxico geopolítico, político e humanitário. Há de se notar que nessas sentenças, em geral, a palavra em destaque costuma vir acompanhada de outras que também estão na lista. Em seguida, acrescentaremos 41 palavras recorrentes no jornal palestino Wafaa, que não entraram na listagem dos 21, levantados a partir das 20 últimas notícias. Ambos os levantamentos foram feitos até o dia 18/03/2021.

Listagem dos 21:

a) Léxico geopolítico

1. Ocupação (15): *تناول برنامج فلسطين تحت المجهر قصص فلسطينيين يحملون الجنسية الإسرائيلية لا مكان لهم في إعلام الاحتلال، لكنهم صنعوا إعلاما عربيا يدافع عن حقوقهم*
O programa “Palestina em Foco” cobriu as histórias de palestinos com cidadania israelense que não tiveram lugar na mídia da ocupação, mas criaram uma mídia árabe que defende seus direitos (Aljazeera 24/07/2016)
Também usaram frequentemente para se referirem à Jerusalém Ocupada: *افتتحت كوسوفو، اليوم الاثنين، سفارتها لدى اسرائيل في مدينة القدس المحتلة، لتتضم بذلك إلى الولايات المتحدة وغواتيمالا باعتبارها الدول الوحيدة التي لها سفارات في المدينة*
Hoje, segunda-feira, Kosovo abriu sua embaixada em Israel na cidade de Jerusalém Ocupada, juntando-se aos Estados Unidos e à Guatemala como os únicos países que têm embaixadas na cidade. (Annahar 15/03/2021)
2. Causa Palestina (10): *تقدم عباس وتراجع دحلان.. عودة مصرية للقضية الفلسطينية*
Abbas avançou e Dahlan recuou ... Egito se volta novamente à Causa Palestina (Aljazeera 11/02/2021)

3. Paz (6): القانون الدولي لحقوق الإنسان، تؤدي إلى تفاهم عدم الثقة بين الإسرائيليين (6) Paz و الفلسطينيين وتدفعنا بعيدا عن السلام
A lei internacional de Direitos Humanos exacerba a desconfiança entre israelenses e palestinos e nos afasta da paz_ (Al'alam 04/02/2021)
4. Conflito (6): النزاع .هو أن تتراجع هذه الإدارة عن قرار سيادي لها يهتم النزاع (6) Conflito
Cabe a este governo se retratar sobre decisão suprema que diz respeito ao conflito (Al'alam 10/02/2021)
5. Crime de Guerra (5): سلط برنامج فلسطين تحت المجهر الضوء على إفلات الاحتلال (5) Crime de Guerra
 الإسرائيلي المتكرر من المحاكمة على جرائم الحرب التي يرتكبها في حق المدنيين الفلسطينيين العزل. كيف أفلتت إسرائيل من العقاب على جرائمها؟
O programa "Palestina em Foco" lança luz sobre as repetidas evasões de processos judiciais por parte da ocupação israelense por crimes de guerra que comete contra civis palestinos desarmados. Como Israel escapou da punição por seus crimes? (Aljazeera 14/09/2016)
6. Negociações (3): ونوه غوتيريش بالدور المهم لتلك اللجنة في حشد الرأي العام الدولي (3) Negociações
 ومساعدة الفلسطينيين والإسرائيليين على الانخراط مجددا في مفاوضات هادفة
Guterres observou o importante papel desse comitê na mobilização da opinião pública internacional e na ajuda aos palestinos e israelenses a se engajarem novamente em negociações significativas. (Al'alam 04/02/2021)
7. Sionismo (3): محكمة أميركية تسقط دعوى جماعة صهيونية متطرفة ضد السلطة (3) Sionismo
 الفلسطينية
Tribunal americano desiste do processo contra um grupo extremista sionista contra a autoridade palestina. (Aljazeera 14/05/2020)
8. Diáspora (3): استمر البحث سنوات وجدنا خلالها ترابعا كبيرا بين المراحل الزمنية (3) Diáspora
لتطور السينما الفلسطينية في الداخل والشتات
A pesquisa continuou por anos, durante os quais encontramos uma grande correlação entre os estágios temporais do desenvolvimento do cinema interno e da diáspora palestinos. (Al'alam 22/12/2020)
9. Solução de dois Estados (3): تشير كل الدلائل حتى الآن إلى أن إدارة الرئيس الأميركي (3) Solução de dois Estados
 جو بايدن غير متحمسة لإطلاق مبادرة لحل النزاع الفلسطيني - الإسرائيلي. وما صدر عن
 هذه الإدارة لا يعدو الكلام العام عن حل الدولتين

Todos os indícios até agora apontam que o governo do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, não está inclinado a propor uma iniciativa para resolver o conflito palestino-israelense. O que foi emitido por este governo é pouco mais do que uma conversa geral sobre a solução de Dois-Estados (Annahar 27/02/2021)

b) Léxico político

1. Revolução (5): استطاع الحسيني الإفلات من البريطانيين فغادر بلاده بحرا إلى لبنان الذي أقام فيه سنتين قاد خلالهما عمليات الثورة الفلسطينية التي انطلقت عام 1936 *Al-Husayni conseguiu fugir dos britânicos, por isso deixou seu país por via marítima para o Líbano, onde permaneceu por dois anos durante os quais liderou as operações da Revolução Palestina iniciada em 1936. (Aljazeera 03/03/2021)*
2. Resistência (4): *بدرس فيلم عن مقاومة فلسطينية سلمية: Estudo sobre a resistência pacífica palestina (Aljazeera 13/04/2020)*
3. Opressão (3): *Sistema وداس النظام الجزائري على شعار مع فلسطين ظالمة أو مظلومة: argelino pisoteia slogan sobre Palestina sob injustiça e opressão. (Al'alam 24/02/2021)*
4. Libertação (3): *وتتعاون لحشد طاقات الأمة لتحقيق مشروعها الحضاري في تحرير فلسطين والأراضي العربية المحتلة E coopera para mobilizar as energias da nação para realizar seu projeto civilizacional para a libertação da Palestina e das terras árabes ocupadas. (Annahar 13/03/2021)*
5. Justiça (3): *[...] والدفاع عن قيم الحق والحرية والعدالة: [...] e defendendo os valores da verdade, liberdade e justiça. (Annahar 14/03/2021)*

c) Léxico humanitário

1. Direitos (8): *[...] الموصول بالدفاع عن حقوق الشعب الفلسطيني المشروعة: [...] relacionado com a defesa dos direitos legítimos do povo palestino. (Al'alam 23/12/2020)*
2. Sofrimento (6): *أحداثها المتشابكة معاناة شعب اغتصب في جميع حقوقه:*

- Seus eventos entrelaçaram o sofrimento de um povo violentado em todos os seus direitos.* (Al'alam 28/01/2021)
3. Campo de Refugiados (4) *هذه المعاناة* المخيم *فصول* قطنوا *عينة ممن* المخيم *فصول* هذه المعاناة [...] *documentado com uma amostra daqueles que viveram no campo nas temporadas desse sofrimento.* (Aljazeera 18/03/2021)
4. Massacre (4): المجازر الإسرائيلية بحق الشعب الفلسطيني
Os massacres israelenses contra o povo palestino. (Aljazeera 10/02/2021)
5. Fome (3): مخيم اليرموك.. لجوء وحصار وتجويع فنزوح
Campo de Yarmouk ... refúgio, cerco, fome e êxodo. (Aljazeera 08/05/2016)
6. Demolição [de casas] (3): قامت قوات الإحتلال، اليوم الاثنين، بهدم وتفكيك خيام لتجمع بدوي فلسطيني
Hoje, segunda-feira, as forças de ocupação demoliram tendas de reunião de beduínos palestinos. (Al'alam 08/02/2021)
7. Violência (3): إن أعمال العنف المستمرة في الضفة الغربية المحتلة، بما في ذلك القدس الشرقية، وفي غزة، وكذلك القيود الإسرائيلية على الحركة والوصول وغير ذلك من [...] انتهاكات القانون الإنساني الدولي
A violência em curso na Cisjordânia Ocupada, incluindo Jerusalém Oriental, e Gaza, bem como as restrições israelenses ao movimento e acesso, e outras violações do direito internacional humanitário [...] (Al'alam 04/02/2021)

O leitor talvez estranhe considerarmos 3 ocorrências como sendo substancial. Pode parecer numericamente irrelevante, mas cabe explicar que essas ocorrências se deram uma em cada um dos jornais, o que, ao nosso ver, configura-se em um padrão a ser considerado. Das três mídias, a mais conservadora no uso das palavras foi o jornal libanês Annahar. Ainda assim, foi possível identificar a posição do jornal.

Observando a escolha lexical feita para noticiar a questão palestina, vemos que os jornais têm uma tendência de tratar do conflito sob o ponto de vista geopolítico, ou seja, no que tange a negociações, acordos e intervenção internacional. Relatos dessas intervenções e das consequências do conflito no âmbito geopolítico são mais frequentes do que relatos de atentados isolados, como é mais comum em mídias locais, o que é de se esperar. Contudo, ao adjetivarem Jerusalém como “Jerusalém ocupada”, se referirem à situação do povo como

“sofrimento” e chamarem a causa palestina de “revolução”, em que o povo busca “seus direitos”, vemos que há um engajamento com a causa.

Contudo, ao analisarmos a mídia local, vemos um maior detalhamento de questões geopolíticas e uma maior ousadia em palavras de cunho político, como ao se referirem ao conflito como “guerra”. Além disso, ao noticiarem eventos locais e mais específicos, pormenorizam a realidade local e, assim, há uma abundância de vocabulário ainda mais especializado. A seguir, a listagem dos 41 vocábulos extraídos do jornal Wafaa, separados em categorias similares a dos 21 e acrescentando a geografia do conflito, instituições e agentes israelenses mais citados.

Listagem dos 41

a) Léxico geopolítico

1. Acordo de Armistício: اتفاقية الهدنة
2. Anexação: الضمّ
3. Cortes Administrativas: المحاكم الإدارية
4. Corte Militar: المحكمة العسكرية
5. Detenção Administrativa: الاعتقال الإداري
6. Êxodo: التّغريبة
7. Fronteira Check Point: معبر ج معابر
8. Greve de Fome: إضراب عن الطّعام
9. Muro da Separação [da Cisjordânia]: جدار الفصل
10. Guerra: الحرب

b) Léxico político

1. Ameaça: خطر – يخطر
2. Confronto: مواجهة
3. Mártires: شهيد ج شهداء
4. Permissão – é um documento que permite a passagem de palestinos pelos *checkpoints* ou portões no Muro para irem a Israel ou à Zona de Costura para acessarem suas fazendas: التصريح
5. Protesto: المصيرة؛ المظاهرة؛ الاعتصام
6. Terrorismo: الإرهاب

c) Léxico humanitário

1. Assédio: متضايقَة
2. Direito das Crianças: حقوق الطفل
3. Direitos Humanos: حقوق الإنسان
4. Intimidação: تهديد
5. Justiça: عدالة
6. Violação: انتهاك

d) Agentes israelenses mais citados

1. Colono: مستوطن ج مستوطنون
2. Soldado: جندي ج جنود

e) Geografia do conflito

1. Check Point flutuante – são *checkpoints* móveis feitos por militares em áreas C para fiscalizar a circulação dos palestinos. Normalmente são feitos em estradas próximas a colônias pelo que consideram “razões de segurança”: محسوم متحرك
2. Cisjordânia: الضفة الغربية
3. Gaza: غزة
4. Jerusalém ocupada: القدس المحتلة
5. Territórios ocupados: الأراضي المحتلة
6. Portões – se referem a portões ou cancelas em que soldados israelenses controlam a circulação de palestinos em estradas na área C; ou portões ao norte da Cisjordânia localizados no Muro por onde os palestinos podem ter acesso às suas terras na Zona de Costura: البوابة
7. Zona de Costura: المناطق الحدودية

f) Instituições mais citadas

1. Addameer الضمير
2. Al-Haq الحقّ
3. Clube dos Prisioneiros نادي الأسير
4. Conselho Municipal المجلس البلدي

5. Cruz Vermelha الصليب الأحمر
6. Defesa Internacional às Crianças الحركة العالمية للدفاع عن الأطفال
7. Escritório do Coordenador do Distrito الإرتباط
8. Médicos Sem Fronteiras أطباء بلا حدود
9. Nações Unidas الأمم المتحدة
10. Sociedade Palestina de Assistência Médica جمعية الإغاثة الطبية الفلسطينية

De acordo com Koch (2015), há diversas estratégias textuais-discursivas, que possuem funções cognitivo-interativas para assegurarem o sucesso da interação. A escolha vocabular é uma dessas estratégias fundamentais. O jornal palestino opta por uma variedade maior de palavras com carga semântico-ideológica similar e favorável, obviamente, à causa palestina e denunciando a ilicitude das ações estatais israelenses. Assim, não qualificam as ações institucionais do exército e do governo apenas como “massacres”, mas também como “terrorismo”. Essa progressão lexical não apenas revela a revolta do redator. A palavra “terrorismo” possui uma carga semântica tal que leva o leitor a compartilhar do mesmo sentimento do redator.

CONCLUSÃO

O conflito Israel-Palestina é um dos problemas geopolíticos e humanitários mais latentes e preocupantes da atualidade, se arrastando por décadas e sem previsão de solução. A interferência de atores externos ao território, somada a questões internas à comunidade judaica, formam a base da eclosão do conflito e o alimentam até hoje. Em contrapartida, na atual conjuntura global em que culturas e países se relacionam todo o tempo, e dado o atual estágio do conflito em que Israel parece caminhar para tomar todo o território da Palestina Histórica, a intervenção internacional é suporte essencial à Causa Palestina.

Esse apoio global deve surgir não apenas de instituições internacionais, mas também do engajamento pessoal de toda a sociedade. Inclusive, vale lembrar, que as instituições são feitas por pessoas. Contudo, não há como envolver-se profundamente com uma causa sem antes conhecer seus pormenores e os meios de comunicação são nossa maior fonte de informação.

A linguagem tem uma função sociointeracionista e as ações discursivas são reflexo do engajamento de seu produtor aos mais diversos contextos sociais e humanitários. Sendo assim, a dimensão lexical dos atos de fala deve ser encarada como arbitrária. A escolha de palavras,

pois, de um jornal revela seu nível de envolvimento com a causa e sua posição ideológica em relação a ela.

Com os jornais Aljazeera, Annahar, Al-‘alam e Wafaa não poderia ser diferente. Essas quatro grandes mídias árabes desenham, com as escolhas vocabulares de suas notícias, um quadro do conflito como assimétrico, de grande desvantagem para a Palestina, causa de grande sofrimento ao povo, e alimentado por ações ilegais e desumanas por parte das autoridades israelenses. Contudo, formam também a imagem desesperançosa de um conflito longe de ser solucionado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Karylleila de Santos. GUERRA, Míriam Martinez. O léxico sob perspectiva: contribuições da Lexicologia para o ensino de línguas. In: **Domínios de Linguagem: Revista Eletrônica de Linguística**. v.6. n°1. 1° Semestre de 2012. P. 226-241

BARBOSA, Maria Aparecida. Contribuição ao estudo de aspectos da tipologia de obras lexicográficas. In: **Ciência Da Informação**, 24(3). Recuperado de <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/572>

BESEN, José Artulino. **História da Igreja: da idade apostólica aos nossos tempos**. São Paulo: ed. Mundo e Missão. 2012

BIDERMAN, Maria Tereza. Camargo. Fundamentos da Lexicologia. In: **Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 99 – 155

BURITY, Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. In: **Contemporânea: Geografia da Comunicação**. N° 21. Ano II. Vol. I. 2013

HABERMAS, Jurgen. **Pensamento Pós-Metafísico: Estudos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1990

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia: Hermenêutica da facticidade**, Renato Kirchner (trad.). Petropolis: Vozes, 1995

KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Contexto, 2015. 173 p.

RATZINGER, Joseph. **Ser Cristão na Era Neopagã**. Vol. I. Campinas: Ecclesiae. 2015

SAID, Edward W. 1935-2003. **A Questão Palestina**. Trad. Sônia Midori. São Paulo: Ed. Unesp. 2012

SIZER, Stephen. **Christian Zionism: Road-map to Armageddon?** Downers Grove, Illinois, EUA: InterVarsity Press, 2004.

ZIZEK, Slavoj, MILBANK, John. **A monstruosidade de Cristo: paradoxo ou dialética?** / Org. Creston Davis. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Três Estrelas. 2014

ANEXO 1**APPEAL FROM THE CHURCHES OF JERUSALEM**

24 March 2001

We the Heads of Churches in Jerusalem:

concerned for the spiritual, mental, and bodily well-being of all the citizens of this Holy Land, Christian, Moslem and Jew, appeal to the Israeli Government; the Palestinian Authority; World Leaders (Secular and Religious); as well as to all men and women of goodwill to help bring an urgent conclusion to the conflict affecting the lives of thousands in this land.

We are convinced that peace-seeking negotiations between the Israelis and the Palestinians are the only assured way of providing for the wellbeing of all our peoples.

We believe that the violence which has intensified over these past months will only end when both parties in the conflict make a determined effort to respect each other's rights whilst affirming the dignity and worth of every human life (man, woman, and child).

We would respectfully request protection for all our people to assist the reestablishment of mutual trust and security for Israelis and Palestinians. Further we would call on all peace-loving people from around the world to come and join us in a manifestation of just peace.

Furthermore, we would ask for even greater assistance from our brothers and sisters abroad -- Governments, Aid Agencies as well as Churches and private individuals -- for those in need in the areas of conflict. Despite all the kind help to date (for which we express sincere gratitude) many are desperate for food, clothing, shelter, and the like. In this appeal for help we would call to mind the words of Jesus when He said "In as much as you do this for the least of these my little ones, you do it for me." (Matt 25:40).

In a few weeks all the Christians of the world will celebrate together the commemoration of the Death and Resurrection of Jesus Christ. Jesus died to offer the world God's forgiveness and encourage reconciliation. He rose again to offer the world fullness of life. We passionately believe that now is the time to establish forgiveness and reconciliation on all sides to work for fullness of life for every citizen of this Land.